

**1ATA DA 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE  
2PORTUÁRIA DOS PORTOS DE SALVADOR E ARATU, REALIZADA EM 24 DE  
3ABRIL DE 2008**

4Às oito horas do dia vinte e quatro do mês de abril do ano de dois mil e oito, na Sala  
5de Reuniões da Diretoria Executiva da CODEBA, na Cidade de Salvador – Bahia,  
6realizou-se a 178ª Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária dos  
7Portos de Salvador e Aratu, sob a presidência do Conselheiro Fernando José de  
8Pádua Costa Fonseca e com as presenças dos Conselheiros Almir Antônio Cunha  
9de Souza, Ederval José de Carvalho Uripia, Gilberto Morais Moura Costa Filho, João  
10Luiz Gomes e Silva, Joaquim Luiz de Souza, Lúcio Félix de Souza Filho, Marco  
11Antônio Rocha Medeiros, Marconi Andraos Oliveira, Renato Neves da Rocha Filho,  
12Sandra Cardoso Dórea e Ulisses Souza Oliveira Júnior. O Presidente iniciou a  
13reunião, procedendo à pauta: **EXPEDIENTE: I – Exame e aprovação da ata da  
14177ª reunião ordinária:** com os ajustes solicitados pelos Conselheiros Ulisses  
15Oliveira, Marco Antônio Medeiros e Lúcio Félix, a ata foi aprovada e assinada pelos  
16Conselheiros presentes. **II – Leitura e distribuição de documentos expedidos e  
17recebidos pelo Conselho: II.a) Documentos expedidos:** 1. Ofício/CAP 01/2008 -  
18destinado à CODEBA, solicitando informações detalhadas sobre o passivo  
19trabalhista da CODEBA, a pedido do Bloco IV - Usuários; Deliberação/CAP 04/2008  
20– aprova a atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ dos  
21Portos de Salvador e Aratu. **II.b) Documentos recebidos:** correspondência  
22CE/DPR nº 120/2008, da CODEBA, posicionando-se sobre a solicitação contida no  
23Ofício/CAP 01/2008. **III – Informe do(s) representante(s) do CAP no Conselho de  
24Administração – CDA da CODEBA:** os informes não foram realizados, pois, além  
25de estarem ausentes tais representantes, conforme informação prestada pelo  
26Conselheiro Marco Medeiros a reunião do CDA somente será realizada em  
2728/4/2008. **ORDEM DO DIA: IV – Indicadores de desempenho e segurança e  
28cronograma de ações e investimentos para os Portos de Salvador e Aratu:** o  
29relatório, com a estatística e os indicadores operacionais de movimentação  
30portuária, foi distribuído antecipadamente ao CAP. Pedindo a palavra, o Conselheiro  
31Joaquim Souza comentou matéria publicada na revista “Tecnológica” sobre a  
32avaliação de operações portuárias de mercadorias, citando que o Porto de Aratu  
33encabeçou o item “eficiência média”. O Conselheiro Marco Medeiros enfatizou a  
34importância de compartilhamento das informações veiculadas nos meios de  
35comunicação sobre os portos administrados pela CODEBA, a fim que os  
36indicadores estabelecidos pela Companhia sejam sempre aperfeiçoados ou  
37desenvolvidos novos. O Conselheiro Joaquim Souza comentou também matéria  
38publicada no informativo “Em Pauta”, da Assessoria Geral de Comunicação Social  
39do Governo do Estado da Bahia, a respeito de comunicado efetuado na Feira  
40Intermodal South America 2008, realizada recentemente em São Paulo, no que se  
41refere ao projeto do novo complexo portuário denominado Porto Sul, a ser  
42implantado em região próxima à Itacaré. A seguir, a Conselheira Sandra Dórea  
43disse que o respectivo estudo está em fase inicial de elaboração. Comentou que  
44está preparando um resumo do projeto para apresentação ao CAP na próxima  
45reunião ordinária. Informou que enviará aos demais membros do CAP uma  
46apresentação realizada pelo Conselheiro Batista Neves sobre o assunto.  
47Continuando, comentou que o empreendimento será construído em área  
48compreendida entre os Municípios de Ilhéus e Itacaré, no sul da Bahia; o projeto  
49prevê um calado de 19m e será possivelmente um terminal de uso privativo, com  
50ênfase para a movimentação de minérios. O Conselheiro Marco Medeiros  
51complementou lembrando que em 28/01/2008, na festa de celebração dos 200  
52anos da Abertura dos Portos às Nações Amigas, nesta Capital, o Secretário  
53Especial de Portos, Secretário Pedro Britto, ofereceu ao Governo da Bahia apoio  
54técnico para a realização do projeto citado, indicando-o para intermediar as

4

1tratativas necessárias entre o Governo Federal e Estadual. Com a palavra, o  
2Conselheiro João Gomes disse que a questão de fuga de carga deve ser analisada  
3criteriosamente, pois existem comentários de que as cargas saem da CODEBA por  
4ineficiência de seus portos, mas os empresários, entretanto, informam que, na  
5verdade, grande parte dessa fuga ocorre por questões fiscais. O Conselheiro Almir  
6Cunha afirmou que parte da carga que foge da Bahia é devida a calado menor, à  
7frequência de navios que não atende às expectativas dos exportadores e aos preços  
8dos serviços de movimentação portuária considerados não competitivos. Salientou  
9que é interessante a Diretoria Comercial da CODEBA realizar um trabalho sobre o  
10assunto, mostrando suas propostas de ação comercial, juntamente com a  
11implementação de providências efetivas para que as cargas possam ser cada vez  
12mais atraídas para os portos da Companhia. Para tanto, destacou ser necessário a  
13CODEBA realizar urgentemente os investimentos para melhoria e ampliação da  
14infra-estrutura portuária. Informou aos Conselheiros que, recentemente, fez  
15cotações pelo transporte por cabotagem, ferrovia e rodovia, constatando que esse  
16último era o mais barato para atender à demanda de sua empresa. Após citação do  
17Conselheiro Joaquim Souza sobre a demora da realização da obra da Via Portuária,  
18a Conselheira Sandra Dórea esclareceu que o edital está sendo revisado em  
19Brasília e que a licitação poderá ser lançada no próximo dia 8 de maio de 2008, aqui  
20em Salvador, contando, inclusive, com a participação do Presidente da República. O  
21Conselheiro Marco Medeiros comentou que deve haver um esforço concentrado na  
22perfeita identificação e ponderação das causas de fuga de carga e que a CODEBA  
23irá hierarquizar as causas apontadas em correspondência enviada pela USUPPORT,  
24para atacá-las e promover a atração dessas cargas para os portos administrados  
25pela Companhia. Continuando, falou que essas causas podem ser pautadas pelo  
26CAP, porém a CODEBA precisa de mais subsídios concretos para apresentar sua  
27posição e trabalhar mais objetivamente. O Conselheiro Lúcio Félix comentou que o  
28Projeto da Via Portuária saiu devido às discussões surgidas no âmbito do Conselho,  
29que deve continuar fazendo o seu trabalho, preocupando-se com as necessidades  
30dos portos da Bahia. O Conselheiro Gilberto Costa afirmou que o trinômio que  
31viabiliza um porto é acessibilidade, área e calado. Dando prosseguimento e  
32entrando na discussão do item de pauta em si, o Presidente do Conselho comentou  
33que foi distribuída cópia do cronograma de ações e investimentos da CODEBA a  
34todos Conselheiros. O Conselheiro Marco Medeiros informou que a CODEBA  
35retomou a antiga formatação para elaboração do cronograma em questão,  
36atendendo assim solicitação deste Conselho. Após análise, ficou definido que o  
37cronograma será discutido e atualizado mensalmente pela CODEBA, e se possível  
38englobando maior detalhamento em relação a algumas ações lá indicadas. O  
39Conselheiro ainda se comprometeu em distribuir, antecipadamente e via e-mail, o  
40mencionado cronograma a todos Conselheiros. **V – Indicação, pelo CAP, de novo**  
41**membro da classe empresarial para compor o Conselho de Administração da**  
42**CODEBA (solicitação manifestada pelo Bloco IV - Usuários):** o Conselheiro Almir  
43Cunha leu correspondência da Conselheira Isabel Figueiredo, destinada ao  
44Presidente do CDA da CODEBA, renunciando ao cargo de representante dos  
45empresários, por indicação deste CAP, naquele Conselho de Administração. O  
46Conselheiro Joaquim Souza informou o consenso de seus pares no Bloco IV quanto  
47à indicação do Conselheiro Marco Aurélio Luiz Martins para substituir a Conselheira  
48Isabel Figueiredo no CDA. Com aprovação do referido nome também pelo Bloco II –  
49Operadores Portuários, o Presidente do CAP submeteu o assunto à votação dos  
50demais Blocos, obtendo aquiescência geral dos demais Conselheiros presentes.  
51Ficou decidido que o Presidente do Conselho expedirá correspondências para a  
52Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP e à CODEBA,  
53para comunicar a referida indicação e adoção das providências cabíveis. **VI – Ata**  
54**de janeiro/2008 do Conselho Fiscal da CODEBA (manifestação pelo**

**1 Conselheiro Lúcio Félix):** após introdução do assunto pelo Presidente do CAP, o  
2 Conselheiro Lúcio Félix declinou da discussão do tema, solicitando a retirada do  
3 item de pauta. Seqüenciando, o Conselheiro Marco Medeiros lamentou a renúncia  
4 da Conselheira Isabel Figueiredo do CDA, e informou que a Ata de Reunião do  
5 Conselho Fiscal, de janeiro/2008, analisou o relatório de gestão da CODEBA  
6 correspondente ao mês de novembro/2007, o qual já não reflete a situação atual da  
7 Companhia. Frisou que o Presidente do Conselho Fiscal comentou, inclusive, que a  
8 CODEBA já está sinalizando progressos para resolução dos problemas  
9 apresentados. Informou ainda que a CODEBA está realizando levantamento  
10 detalhado dos processos trabalhistas contra a Companhia. Destacou que foi  
11 apresentado ao CDA um “Plano de Ação” para a CODEBA, contendo metas de  
12 redução de despesas e incremento de receitas. Referindo-se à correspondência  
13 CE/DPR 120/2008, da CODEBA, destinada ao CAP, em resposta à solicitação  
14 sobre a situação dos passivos trabalhistas, destacou que tais esclarecimentos já  
15 tinham sido prestados ao Conselho de Administração. Finalizou, sugerindo que  
16 outras consultas do gênero devem ser dirigidas diretamente aos Presidentes de  
17 Colegiado que estiver acompanhando determinado assunto dentro de sua esfera de  
18 competência. Destacou que a medida proposta visa a dar maior racionalidade nas  
19 competências específicas de cada Conselho. **VII – Documento CNI para reforma**  
20 **portuária (manifestação pelo Conselheiro Lúcio Félix):** o Conselheiro Lúcio Félix,  
21 proponente do item, solicitou a transferência do assunto para a próxima reunião  
22 ordinária. **VIII – Situação dos débitos trabalhistas da CODEBA – Ofício/CAP nº**  
23 **201/2008, de 31/03/2008 (manifestação pela CODEBA, a pedido do Bloco IV –**  
24 **Usuários):** o Presidente do Conselho comentou que o assunto foi respondido pela  
25 citada correspondência da CODEBA, da qual todos os presentes receberam cópia.  
26 O Conselheiro Marco Medeiros complementou sua fala descrita no item VI da pauta,  
27 informando que o relatório elaborado pela Coordenação Jurídica da CODEBA  
28 objetiva sanar pendências contábeis. Citou que, de todos os processos levantados,  
29 apenas 636 ainda estão ativos (em curso), diferentemente dos anteriores 3.000  
30 levantados; 517 estão inativos; dos que ainda estão em curso, 46% referem-se a  
31 questões tributárias, apenas 39% diz respeito a questões trabalhistas, e 15% são  
32 ações de natureza cível; de onde se depreende, então, que o maior peso atinge  
33 questões tributárias. Dos 248 processos trabalhistas, 59% já estão em fase de  
34 execução, 15% em fase de conhecimento e os processos restantes em fase  
35 recursal. Prosseguindo, informou que a CODEBA estima apenas em R\$ 4 milhões o  
36 valor dos bloqueios trabalhistas e disse que a Companhia continua empreendendo  
37 gestões para que as pendências sejam sanadas, inclusive, com o desenvolvimento  
38 de negociações junto aos 3 (três) sindicatos laborais. Quanto ao assunto, os  
39 Conselheiros Almir Cunha e Marconi Andraos comentaram que a atuação da  
40 CODEBA deve ser efetiva, pois problemas trabalhistas não se coadunam com uma  
41 gestão adequada almejada para a Companhia. Enfatizaram que deve ser dada  
42 prioridade absoluta ao assunto, uma vez que isso pode depor contra a instituição e  
43 dar a entender que não existe por parte da Companhia preocupação com a gestão  
44 de tais problemas. O Conselheiro Lúcio Félix manifestou que a CODEBA deve  
45 resolver essa situação através do diálogo com seus empregados, discutindo quais  
46 são os direitos trabalhistas que estão sendo desrespeitados e o que é que está  
47 errado na relação dos trabalhadores com a Companhia, buscando as soluções  
48 devidas para as demandas. O Conselheiro Ulisses Oliveira comentou que a partir  
49 daquele momento estavam findos os boatos sobre processos contra a CODEBA,  
50 pois se falava que a maioria absoluta desses processos era na área trabalhista, e  
51 com estes dados que a própria empresa declara, acabam-se as dúvidas. Disse que  
52 os sindicatos laborais têm mantido diversos entendimentos com a atual Diretoria  
53 Executiva da CODEBA, para tentar superar os problemas administrativos que  
54 podem gerar processos trabalhistas e que os sindicatos sempre irão lutar para que

10

10s direitos dos trabalhadores jamais sejam desrespeitados. Lembrou, por fim, que,  
2apesar de todas as querelas trabalhistas com a CODEBA, os trabalhadores sempre  
3contribuíram para o funcionamento da Companhia, independentemente de todas as  
4dificuldades encontradas. **IX – “Rolagem” de armazenagem de contêineres no**  
5**Porto de Salvador (manifestação pelo Bloco IV – Usuários):** o Conselheiro Almir  
6Cunha relatou que esse problema é recorrente pelas instalações do Porto de  
7Salvador, onde os donos da carga sempre arcam com os custos adicionais de  
8armazenagem de contêineres, no TECON, em razão do seu não embarque nos  
9navios por motivação que, na maioria dos casos, foge à responsabilidade dos  
10exportadores. Comentou que o assunto mereceu Deliberação específica por parte  
11do CAP do Porto de Santos (Deliberação 01/2008). Nesse sentido, leu o teor de  
12Deliberação similar proposta pelos Usuários do Bloco IV, expressando o  
13entendimento de que a cobrança de armazenagem adicional, quando ocorrente,  
14deverá recair sobre o agente causador do não embarque do contêiner no navio. O  
15Conselheiro Lúcio Félix posicionou-se contrário ao aqodamento de decisões de  
16determinados assuntos, considerando que, no presente caso, a época não é  
17propícia para discussão do caso em foco. Expressou preocupação de que a  
18manifestação do CAP poderá contribuir, ainda mais, para a fuga de linhas de  
19navegação do Porto de Salvador. Os Conselheiros Almir Cunha, Joaquim Souza e  
20Marconi Andraos defenderam que cada um deve assumir suas responsabilidades e  
21arcar com o ônus decorrente. O Conselheiro Gilberto Costa disse achar que cada  
22um deve assumir as conseqüências pelos atrasos de sua responsabilidade, porém  
23destacando que esses atrasos podem ter várias motivações. O Conselheiro João  
24Gomes falou que o principal armador do mundo está deixando de vir a Salvador; o  
25segundo e terceiro estão enfrentando dificuldades para operar no porto. Após ampla  
26discussão da matéria, o Conselho decidiu que o assunto será pautado para a  
27próxima reunião ordinária, e que, até a data da reunião, as partes envolvidas com a  
28questão deverão se reunir para aprofundar a discussão do tema. **X – Portaria/SEP**  
29**nº 26, de 29/02/2008 – diretrizes e organização dos Centros de Treinamento**  
30**Profissional (manifestação pelo GT/CAP) e XI – Atracação com data e horário**  
31**preestabelecidos para o trecho da Ponta Norte do Porto de Salvador**  
32**(manifestação pelo GT/CAP):** o Coordenador dos respectivos Grupos de trabalho,  
33Conselheiro Renato Rocha, informou que esses grupos não concluíram os  
34trabalhos, não possibilitando, portanto, a apresentação, nesta reunião, do relatório  
35de avaliação dos referidos assuntos. **XII – Assuntos gerais:** o Conselheiro Lúcio  
36Félix sugeriu que a pauta de reunião do Conselho seja definida e aprovada,  
37previamente, em cada reunião que a anteceder. O Conselheiro Marco Medeiros  
38sugeriu a definição de pauta com, no máximo, 5 (cinco) assuntos para discussão na  
39ordem do dia. A fim de que seja rigorosamente cumprido o tempo de duração da  
40reunião, conforme previsto no Regimento Interno do CAP. Todos os presentes  
41concordaram com as propostas apresentadas. Ficou ainda acordado que assuntos  
42não pautados previamente pelo Conselho serão incluídos no item “Assuntos Gerais”,  
43para serem discutidos em profundidade apenas se houver tempo disponível,  
44podendo ser transferidos para a reunião subsequente. O Presidente alertou que,  
45para cumprir o tempo de 3 horas estabelecido, pelo Regimento Interno, para  
46duração da reunião do CAP, deverá ser observado o prazo máximo de 30 minutos  
47para discussão e comentários na etapa “Expediente” da reunião, assim como o  
48prazo máximo de 30 minutos para o debate de cada um dos 5 (cinco) itens pautados  
49previamente que constarão da etapa “Ordem do Dia”. Com a concordância unânime  
50dos Conselheiros quanto à nova sistemática de organização para reunião do  
51Conselho, ficou assim definida a pauta de discussão para a próxima reunião  
52ordinária de maio de 2008: 1º) “Rolagem” de armazenagem de contêineres no Porto  
53de Salvador; 2º) Portaria/SEP nº 26, de 29/02/2008 – diretrizes e organização dos  
54Centros de Treinamento Profissional (manifestação pelo GT/CAP); 3º) Atracação

11

1 com data e horário preestabelecidos para o trecho da Ponta Norte do Porto de  
2 Salvador (manifestação pelo GT/CAP); 4º) Documento CNI para reforma portuária; e  
3 35º) Projeto do Complexo Portuário denominado Porto Sul (apresentação pela  
4 Conselheira Sandra Dórea). O Conselheiro Joaquim Souza criticou e qualificou  
5 como absurda a greve dos auditores fiscais da Receita Federal, em face dos  
6 pesados prejuízos para o segmento do Comércio Exterior, lamentando, também, a  
7 incompreensão dos juizes da Vara Federal por não terem acolhido os pedidos de  
8 mandado de segurança impetrados pela Eadi-Empório para retirar as cargas  
9 destinadas àquele recinto alfandegado. Ao término da reunião, o Conselheiro João  
10 Gomes solicitou da CODEBA informações acerca das providências adotadas para  
11 resolução do problema das defensas do Porto de Salvador. **Próxima Reunião**  
12 **Ordinária:** o Presidente do CAP informou que, de acordo com o calendário  
13 aprovado, a próxima reunião ordinária do Conselho será realizada em 29/5/2008, às  
14 8 horas, na Sala de Reuniões da Diretoria Executiva da CODEBA. E como nada  
15 mais houvesse a ser tratado, mandou lavrar esta Ata, que lida e achada conforme,  
16 vai assinada por mim, Ivair Alves Santos, Secretário Executivo, pelo Presidente e  
17 pelos Conselheiros presentes. Salvador, 24 de abril de 2008.

18

19

20

21 **FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA**

22 Bloco I – Governo Federal (Presidente)

23

24

25

26 **MARCO ANTÔNIO ROCHA MEDEIROS**

27 Bloco II – Administ. Portuária

28

29

30

31 **JOÃO LUIZ GOMES E SILVA**

32 Bloco II – Armadores

33

34

35

36 **GILBERTO MORAIS MOURA COSTA FILHO**

37 Bloco II – Demais Operadores Portuários

38

39

40

41 **ULISSES SOUZA OLIVEIRA JÚNIOR**

42 Bloco III – Demais Trab. Port. com Vínculo

43

44

45

46 **MARCONI ANDRAOS DE OLIVEIRA**

47 Bloco IV – Import. Export. de Mercadorias

48

49

50

51 **IVAIR ALVES SANTOS**

52 Secretário Executivo

**SANDRA CARDOSO DÓREA**

Bloco I – Governo do Estado da Bahia

**RENATO NEVES DA ROCHA FILHO**

Bloco II – Administ. Portuária (Suplente)

**LÚCIO FÉLIX DE SOUZA FILHO**

Bloco II – Terminais Privados

**EDENVAL JOSÉ DE CARVALHO URPIA**

Bloco III – Trab. Port. Avulsos

**ALMIR ANTÔNIO CUNHA DE SOUZA**

Bloco IV – Prop. Consig. de Mercadorias

**JOAQUIM LUIZ DE SOUZA**

Bloco IV – Terminais Retroportuários